

Demonstrações Financeiras

Demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015



Banco Société Générale Brasil S.A.



SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking



SOCIETE GENERALE

Corporate & Investment Banking

**Banco Société Générale Brasil S.A. e Controladas
Conglomerado Prudencial**

Índice

Banco Société Générale Brasil S.A. Instituição líder do Conglomerado Prudencial	> 5
Ativo	> 7
Passivo	> 8
Demonstrações do Resultado	> 9
Demonstrações das Mutações	> 10
Fluxo de Caixa	> 11
Notas Explicativas	> 12
Relatório dos Auditores Independentes	> 38





Banco Société Générale Brasil S.A. e Controladas - Conglomerado Prudencial

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

	ATIVO	Nota explicativa	2016	2015
CIRCULANTE			26.977.754	32.967.219
Disponibilidades		5	802	2.433
Aplicações interfinanceiras de liquidez		6	6.232.266	3.273.058
Aplicações no mercado aberto			6.232.266	3.179.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros			-	93.059
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		7	1.519.966	2.108.729
Carteira própria			329.990	273.751
Vinculados a operações compromissadas			-	5.020
Vinculados à prestação de garantias			267.406	1.543.502
Instrumentos financeiros derivativos		7.e.1	922.570	286.456
Relações interfinanceiras			1.067	4.061
Pagamentos e recebimentos a liquidar			82	881
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil			78	1.629
Créditos vinculados - Correspondentes			907	1.551
Operações de crédito			288.340	746.504
Operações de crédito - setor privado		9.a	316.745	859.809
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		11	(28.405)	(113.305)
Operações de arrendamento mercantil		10	(23.263)	(7.605)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado			333.268	306.601
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público			53.689	20.017
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado			(330.387)	(303.862)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público			(53.689)	(20.017)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		11	(26.144)	(10.344)
Outros créditos			18.955.300	26.805.671
Créditos por avais e fianças honrados			-	154.533
Carteira de câmbio		12	18.879.678	26.755.506
Rendas a receber			424	507
Negociação e intermediação de valores		8	4	2
Diversos		13.a	83.212	57.161
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		11	(8.018)	(162.038)
Outros valores e bens			3.276	34.368
Outros valores e bens			2.096	12.639
Despesas antecipadas		14	1.180	21.729
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			2.788.171	4.143.691
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		7	679.611	515.980
Carteira própria			169.952	98.630
Vinculados à prestação de garantias			73.376	78.614
Instrumentos financeiros derivativos		7.e.1	436.283	338.736
Operações de crédito			196.122	799.964
Operações de crédito - setor privado		9.a	200.070	829.642
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		11	(3.948)	(29.678)
Operações de arrendamento mercantil		10	-	-
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado			538.423	473.434
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público			106.373	11.734
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado			(538.423)	(473.434)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público			(106.373)	(11.734)
Outros créditos			1.911.334	2.819.849
Carteira de câmbio		12	1.577.794	2.553.669
Diversos		13.a	333.540	266.180
Outros valores e bens			1.104	7.898
Outros valores e bens			37	47
Provisão para desvalorização de outros valores e bens			(37)	(47)
Despesas antecipadas		14	1.104	7.898
PERMANENTE			1.063.643	905.164
Investimentos			52.797	82.883
Participações em controladas		16	52.739	82.822
Outros investimentos			58	120
Provisão para perdas			-	(59)
Imobilizado de uso			7.565	12.847
Imóveis de uso			10	207
Reavaliação de imóveis de uso			-	804
Outras imobilizações de uso			37.540	42.730
Gastos em imóveis de terceiros			-	623
Depreciações acumuladas			(29.985)	(31.013)
Amortizações de gastos em imóveis de terceiros			-	(504)
Imobilizado de arrendamento			1.002.630	808.312
Bens arrendados			1.435.205	1.160.874
Superveniências de depreciações			110.933	71.100
Perdas de arrendamento a amortizar			51.506	32.998
Depreciações acumuladas			(573.538)	(442.876)
Amortização de perdas de arrendamento			(21.476)	(13.784)
Diferido			435	915
Gastos de organização e expansão			1.803	2.680
Amortização acumulada			(1.368)	(1.765)
Intangível		17	216	207
Outros ativos intangíveis			509	434
Amortização acumulada de outros intangíveis			(293)	(227)
TOTAL DO ATIVO			30.829.568	38.016.074



BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota explicativa	2016	2015
CIRCULANTE		26.532.495	32.941.761
Depósitos.....	18	44.939	534.269
Depósitos à vista		2.159	2.678
Depósitos interfinanceiros		-	38.340
Depósitos a prazo		42.780	493.251
Captações no mercado aberto		600.055	5.000
Carteira própria		-	5.000
Carteira de livre movimentação		600.055	-
Relações interfinanceiras		44	457
Recebimentos e pagamentos a liquidar		1	293
Correspondentes		43	164
Relações interdependências		11.153	7.297
Recursos em trânsito de terceiros		11.153	7.297
Obrigações por empréstimos e repasses	19	6.955.100	5.495.007
Empréstimos no País		3.304	8.925
Empréstimos no exterior		6.949.001	5.482.269
Repasse do exterior		2.706	3.813
Repasse do País - FINAME		89	-
Instrumentos financeiros derivativos		622.501	631.724
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	622.501	631.724
Outras obrigações		18.298.703	26.268.007
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		216	3.975
Carteira de câmbio	12	17.999.924	26.012.682
Sociais e estatutárias		-	61
Fiscais e previdenciárias	13.b	126.211	106.227
Negociação e intermediação de valores	8	92.925	45.474
Diversas	13.c	79.427	99.588
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		2.941.416	3.918.946
Depósitos.....	18	170.341	64.709
Depósitos a prazo		170.341	64.709
Obrigações por empréstimos e repasses	19	467.586	601.622
Empréstimos no País		-	3.304
Empréstimos no exterior		451.572	573.687
Repasse do exterior		1.625	6.257
Repasse do País - FINAME		14.389	18.374
Instrumentos financeiros derivativos		211.734	244.979
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	211.734	244.979
Outras obrigações		2.091.755	3.007.636
Carteira de câmbio	12	1.614.568	2.542.029
Fiscais e previdenciárias	13.b	272.104	262.050
Diversas	13.c	205.083	203.557
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	20	21.531	27.017
Resultado de exercícios futuros		21.531	27.017
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	1.334.126	1.128.350
Capital social		2.956.929	2.641.926
Reserva de capital		1.949	1.747
Reserva de reavaliação		-	202
Ajustes de avaliação patrimonial		(85)	1.835
Prejuízos acumulados		(1.624.667)	(1.517.360)
TOTAL DO PASSIVO		30.829.568	38.016.074

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.196.558)	1.832.669
Operações de crédito		51.997	297.120
Operações de arrendamento mercantil		225.602	196.064
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		597.379	328.849
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(2.071.536)	1.010.636
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.259.847	(1.710.709)
Operações de captações no mercado		(71.561)	(31.163)
Operações de arrendamento mercantil		(178.175)	(141.500)
Operações de empréstimos e repasses		1.791.965	(1.244.227)
Resultado de operações com câmbio		(269.421)	(61.784)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(10.440)	(223.387)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	(2.521)	(8.646)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		63.289	121.960
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(55.739)	(235.567)
Receitas de prestação de serviços		6.837	13.473
Rendas de tarifas bancárias		74	4.237
Resultado de participações em controladas e coligada	16	(10.405)	(30.727)
Despesas de pessoal		(57.146)	(67.761)
Outras despesas administrativas	24	(57.420)	(107.475)
Despesas tributárias		(12.819)	(22.728)
Outras receitas operacionais	25	111.311	45.072
Outras despesas operacionais	26	(36.171)	(69.658)
RESULTADO OPERACIONAL		7.550	(113.607)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(426)	(1.098)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		7.124	(114.705)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	(44.903)	(51.210)
Provisão para imposto de renda corrente		(21.441)	(32.612)
Provisão para contribuição social corrente		(17.177)	(19.600)
Ativo/Passivo fiscal diferido		(6.285)	1.002
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(37.779)	(165.915)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		2.374.923	4.119	211	2.066	(1.351.461)	1.029.858
Aumento de capital - AGE de 24 de abril de 2015	21.c	267.003	-	-	-	-	267.003
Realização de reservas de reavaliação em controlada....		-	-	-	-	16	16
Plano de pagamento baseado em ações.....		-	-	-	-	-	-
-Controlador.....		-	156	-	-	-	156
-Controladas.....		-	(2.528)	-	-	-	(2.528)
Reservas de reavaliação.....		-	-	(9)	-	-	(9)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(231)	-	(231)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	(165.915)	(165.915)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015		2.641.926	1.747	202	1.835	(1.517.360)	1.128.350
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.956.929	2.286	180	(3.104)	(1.587.007)	1.369.284
Ajustes de lucros e prejuízos de exercícios anteriores na controlada Banco Pecúnia S.A.		-	-	-	-	80	80
Plano de pagamento baseado em ações.....		-	-	-	-	-	-
-Controlador.....		-	(281)	-	-	-	(281)
-Controladas.....		-	(56)	-	-	-	(56)
Reservas de reavaliação.....		-	-	(180)	-	39	(141)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	3.019	-	3.019
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(37.779)	(37.779)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016		2.956.929	1.949	-	(85)	(1.624.667)	1.334.126

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do semestre		(37.779)	(165.915)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		1.651.731	1.820.503
Depreciações e amortizações.....		177.866	139.066
(Superveniência) insuficiência de depreciação		(3.027)	1.418
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		11.054	201.284
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		2.521	8.646
Provisão (reversão) para perdas com outros créditos		(614)	156.436
Reversão para créditos cedidos com coobrigação		-	(4)
Constituição de provisão para riscos.....	15 (ii)	18.471	22.103
Impostos diferidos.....		6.285	(1.002)
Reversão para desvalorização de outros valores e bens		-	(16)
Variação cambial de operações de crédito e empréstimos.....		1.425.686	1.262.202
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação		2.958	(225)
Provisão para pagamento de plano de ações		(337)	(2.372)
Baixa por obsolescência		375	1.731
Perda na venda de imobilizado.....		88	509
Resultado de participação em controladas.....		10.405	30.727
Lucro/(prejuízo) líquido ajustado.....		1.613.952	1.654.588
Variação de ativos e obrigações.....		77.476	1.391.656
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		51.710	750
Redução em títulos e valores mobiliários		467.816	805.491
Redução em operações de arrendamento mercantil		2.753	3.495
Redução em relações interfinanceiras e interdependências		14.025	1.286
Redução em operações de crédito.....		23.246	71.277
Aumento em outros créditos.....		(9.183.645)	(16.751.832)
Redução em despesa antecipada.....		978	15.324
(Aumento) redução em outros valores e bens.....		3.154	(7.868)
Aumento (redução) em depósitos.....		(54.980)	287.753
Aumento (redução) no mercado aberto.....		600.055	(5.740)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos.....		(1.249.222)	527.495
Aumento em outras obrigações		10.162.667	16.162.895
Aumento (redução) em Instrumentos financeiros derivativos		(770.119)	286.914
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros		9.038	(5.584)
Caixa líquido investido nas atividades operacionais.....		1.691.428	3.046.244
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento de capital em controladas.....	16	(7.000)	(96.976)
Aquisição de imobilizado de uso		(93)	-
Aquisição de bens não de uso		-	(372)
Alienação de imobilizado de uso		43	193
Aquisição de imobilizado de arrendamento mercantil.....		(273.370)	(424.114)
Alienação de imobilizado de arrendamento.....		57.978	192.617
Aquisição de intangível		(75)	(5)
Outros		80	-
Caixa líquido investido nas atividades de investimento		(222.437)	(328.657)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	21 (c)	-	267.003
Caixa líquido investidos nas atividades de financiamento.....		-	267.003
AUMENTO DO CAIXA NO SEMESTRE.....		1.468.991	2.984.590
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE		4.764.077	290.901
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	5	6.233.068	3.275.491

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco" ou "Instituição"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil ("Conglomerado" ou "Consolidado"). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo cr terios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

As captações do Banco e empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, vem sendo realizadas através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França), enquanto grande parte das captações das empresas controladas Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A., vem sendo realizadas através de depósitos interfinanceiros com seu banco controlador.

O SG SD Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior   constituído como fundo exclusivo do Banco Société Générale Brasil S.A. que é o seu gestor. A administração do Fundo é efetuada pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O objetivo do Fundo é aplicar seus recursos em ativos financeiros de diferentes naturezas e características, sem o compromisso de concentração em nenhum ativo ou fator de risco em especial.

Em 03 de fevereiro de 2015, a Administração do Banco Cacique S.A. e do Banco Pecúnia S.A., decidiu pelo encerramento de suas operações, deixando de conceder novos empréstimos. O encerramento das operações vem ocorrendo através da liquidação normal dos ativos e passivos, pelos prazos e condições originalmente pactuados, sendo que eventuais alienações de ativos são consideradas. Em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras do Banco, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas conforme o estabelecido na Resolução n  4.280 de 31 de outubro de 2013 e Circular n  3.701 de 31 de março de 2014 do Banco Central do Brasil (BACEN) que, estabelecem procedimentos para a elaboração, a divulgação e a remessa ao BACEN destas demonstrações e abrangem o Banco Société Générale Brasil S.A. (líder do conglomerado) e suas controladas SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, Banco Cacique S.A., Banco Pecúnia S.A., e o SG SD Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior, cuja elaboração das demonstrações financeiras individuais (Banco Cacique S.A., Banco Pecúnia S.A., e SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil)   de responsabilidade direta de cada empresa, sendo a consolidação geral elaborada pelo líder do Conglomerado.

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN.

Não fazem parte do conglomerado prudencial, as participações societárias indiretas, as quais tiveram seu valor de investimento eliminado contra a correspondente participação no patrimônio líquido da investidora, em atendimento ao Art. 8  I da Circular n  3.701:

Controlada	2016	2015
	Participação	
Cacique Promotora de Vendas Ltda.	99,9992%	99,9991%
Cobracred Cobrança Especializada Ltda.	0,1000%	0,1000%
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.	100,00%	100,00%

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN n  3.566/08;
- b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN n  3.604/08;
- c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN n  3.750/09;
- d) CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução BACEN n  3.989/11;
- e) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução BACEN n  4.007/11;
- f) CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução BACEN n  3.973/11;
- g) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução BACEN n  3.823/09; e
- h) CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução BACEN n  4.424/15.
- i) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução Bacen n  4.144/12. Atualmente não   possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 15 de agosto de 2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período. Certos contratos de “swap” foram contratados em negociação associada a operações de crédito e, conforme permitido pelo BACEN, não foram ajustados ao valor de mercado;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o semestre, agregando os custos inerentes ou transferido o valor total dos prêmios quando do não semestre para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”) podem ser classificados como:

I - “hedge” de risco de mercado; e

II - “hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo “rating” em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica “Outras obrigações”.

f) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de “Rendas a apropriar de arrendamento mercantil”. As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável.

As perdas de arrendamento a amortizar correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente as perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de “Bens arrendados”.

g) Valores residuais garantidos

Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica de “Valores residuais a balancear”.

h) Superveniência ou insuficiência de depreciação

Na apuração do resultado do semestre é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é creditada no resultado e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

i) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

j) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

k) Investimentos

- As participações em controladas e coligada são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- As ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo; e
- Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

l) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

m) Depreciações

- Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%; e
- Imobilizado de arrendamento - é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.

n) Diferido

É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel.

o) Intangível

No Banco, estão representados pelos ágios pagos nas aquisições das controladas Banco Pecúnia S.A. e Banco Cacique S.A., o qual em dezembro de 2012 foi reconhecida perda integral do valor recuperável.

No Consolidado, inclui também gastos com softwares ao custo de aquisição ou formação, cuja amortização é feita pelo método linear pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares.

p) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

q) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

dessas atualizações são refletidas no resultado.

r) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia.

s) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

t) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro do semestre tributável excedente a R\$ 120. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

u) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

v) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Pagamento baseado em ações

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são reconhecidos como despesa pessoal pr  -rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro.

■ 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração das instituições, em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio.

Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos    Alta Administração. A avaliação de todos os riscos    parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica nas instituições. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

I. Risco de crédito

Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito das instituições é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

II. Risco de mercado

A   rea de Risco de Mercado é gerenciada por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas das instituições com agilidade, transparência e alto grau de confiança.      rea responsável pela implementação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

da estrutura de risco de mercado das instituições, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas.

III. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações.

IV. Risco operacional

Conforme a Resolução BACEN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, as instituições identificam e monitoram a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa nº 27); essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro ("compliance"); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores.

Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN no 3.678, de 31 de outubro de 2013, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos.

V. Risco de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo:

I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração;

II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG), que se reúne mensalmente.

■ 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Disponibilidades	802	2.433
Aplicações no mercado aberto	6.232.266	3.179.999
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	93.059
Total	<u>6.233.068</u>	<u>3.275.491</u>

■ 6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2016	A vencer até 3 meses	Total
Aplicações no mercado aberto	6.232.266	6.232.266
Total	<u>6.232.266</u>	<u>6.232.266</u>
Em 30 de junho de 2015	A vencer até 3 meses	Total
Aplicações no mercado aberto	3.179.999	3.179.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	93.059	93.059
Total	<u>3.273.058</u>	<u>3.273.058</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2016 e de 2015 por categoria:

	2016		2015	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	497.826	499.942	376.765	372.381
Títulos para negociação:	329.724	329.990	206.958	206.631
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	93.170	93.185	25.302	25.305
Letras do Tesouro Nacional - LTN	177.619	177.599	102.321	101.928
Notas do Tesouro Nacional - NTN	58.935	59.206	15.751	15.814
Debêntures	-	-	52.854	52.854
Ações	-	-	10.730	10.730
Títulos disponíveis para venda:	168.102	169.952	169.807	165.750
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11.383	11.365	57.998	57.993
Letras do Tesouro Nacional - LTN	156.719	158.587	111.809	107.757
Vinculados a operações compromissadas:	-	-	5.039	5.020
Títulos para negociação:	-	-	5.039	5.020
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	5.039	5.020
Vinculados à prestação de garantias:	343.185	340.782	1.630.242	1.622.116
Títulos para negociação:	124.713	124.922	1.530.668	1.525.698
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	24.957	24.941	62.284	62.279
Letras do Tesouro Nacional - LTN	97.981	98.177	3.574	3.530
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.775	1.804	1.464.810	1.459.889
Títulos disponíveis para venda:	218.472	215.860	99.574	96.418
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	17.001	16.977	5.755	5.755
Letras do Tesouro Nacional - LTN	201.471	198.883	93.819	90.663
Total	841.011	840.724	2.012.046	1.999.517

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda		2016			
Papel		Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		28.384	28.342	(42)	18
Letras do Tesouro Nacional - LTN		358.190	357.470	(720)	324
Total		386.574	385.812	(762)	342

Títulos disponíveis para venda		2015			
Papel		Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		63.753	63.748	(5)	2
Letras do Tesouro Nacional - LTN		205.627	198.420	(7.206)	2.883
Total		269.380	262.168	(7.211)	2.885

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Os títulos privados e públicos estão custodiados na CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, respectivamente.

c) Composição por prazo de vencimento

	2016			2015		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
A vencer até 3 meses	454.912	-	454.912	1.737.349	63.748	1.801.097
A vencer entre 3 e 12 meses	-	142.484	142.484	-	21.176	21.176
A vencer entre 1 e 3 anos	-	170.162	170.162	-	118.420	118.420
A vencer entre 3 e 5 anos	-	73.166	73.166	-	58.824	58.824
Total	454.912	385.812	840.724	1.737.349	262.168	1.999.517

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d) Composição por emissor

	2016	2015
Títulos para negociação	454.912	1.737.349
Públicos	454.912	1.673.765
Governo Federal	454.912	1.673.765
Privado	-	63.584
Debêntures	-	52.854
Ações	-	10.730
Títulos disponíveis para venda	385.812	262.168
Públicos	385.812	262.168
Governo Federal	385.812	262.168
Total	840.724	1.999.517

e) Instrumentos financeiros derivativos

As instituições participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas. Demonstramos a seguir a relação dos derivativos por indexador:

e.1) "Swap" e NDF

Em 30 de junho de 2016

"Swaps" e NDF's

Indexador	Valor de referência			
	Operações registradas na CETIP	Total	Curva	Mercado
CAP x PRE	502.084	502.084	(9.951)	(10.017)
CDI x EURO (Fluxo de caixa)	28.431	28.431	4.166	4.619
CDI x PRE (Fluxo de caixa)	55.000	55.000	62	177
CDI x EURO	384.581	384.581	58.934	80.066
CDI x IPCA	26.600	26.600	(753)	(659)
CDI x DOLAR	594.005	594.005	29.714	34.902
CDI x DOLAR (Fluxo de caixa)	1.052.849	1.052.849	(48.689)	(13.109)
Cesta de Ações x PRE	261.012	261.012	10.834	10.017
Cesta de Moedas x PRE	71.015	71.015	1.391	-
CHF (NDF)	211.097	211.097	(79.871)	(74.329)
COROA NORUEGUESA (NDF)	815	815	171	179
DIS US x PRE	8.178	8.178	109	44
DOLAR x LIBOR US 3M (Fluxo de caixa)	180.580	180.580	2	28
DOLAR x PRE (Fluxo de caixa)	15.237	15.237	39.527	11.165
DOLAR (NDF)	5.841.943	5.841.943	(49.351)	(8.080)
DOLAR x CDI (Fluxo de caixa)	100.000	100.000	87.240	90.352
DOLAR x CHF ECB (Fluxo de caixa)	192.988	192.988	72.419	68.595
EURIBOR x EUR ECB	523.106	523.106	(133)	(7.570)
EURIBOR x PRE	60.000	60.000	6.882	5.182
EURO (NDF)	3.068.885	3.068.885	286.969	318.752
GBP Reuters 11NY (NDF)	696	696	113	131
IPCA x CDI	24.200	24.200	636	498
JPY Reuters 11 NY (NDF)	973	973	77	98
LIBOR US 3M x DOLAR (Fluxo de caixa)	180.580	180.580	(1)	2
LIBRA ESTERLINA (NDF)	34.067	34.067	4.173	4.785
PRÉ x 0%CESTA DE AÇÕES	25.820	25.820	(895)	-
PRÉ x 0%PRÉ 0%	46.820	46.820	(5)	(3.583)
PRÉ x 9,78%EURIBOR + EUR ECB	119.072	119.072	(27.238)	(19.452)
PRE x Cesta de Moedas	71.015	71.015	(1.309)	-
PRE x DIS US	8.178	8.178	(107)	(44)
PRE x DOLAR	302.891	302.891	(39.028)	(19.189)
PRE x DOLAR (Fluxo de caixa)	177.271	177.271	22.352	39.134
PRE x EURO	67.245	67.245	11.348	11.868
PRE x ITUB4 BZ EQUITY	5.095	5.095	(12)	(58)
PRE x S&P	33.072	33.072	(289)	(4.881)
Total	14.275.401	14.275.401	379.487	519.623

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 30 de junho de 2015

"Swaps" e NDF's	Valor de referência			
	Operações			
Indexador	registradas na CETIP	Total	Curva	Mercado
CDI x dólar (Fluxo de caixa)	1.052.849	1.052.849	17.591	11.036
CDI x euro (Fluxo de caixa)	7.656	7.656	(501)	(373)
CDI x pré (Fluxo de caixa)	105.000	105.000	283	1.939
Cesta de ações x pré	316.574	316.574	25.317	30.314
Coroa (NDF)	776	776	48	51
Dólar (NDF)	2.536.872	2.536.872	69.110	87.348
Dólar x CDI (Fluxo de caixa)	100.000	100.000	81.415	88.367
Dólar x euro	17.098	17.098	(213)	(76)
Dólar x Franco (Fluxo de caixa)	192.988	192.988	51.759	49.463
Dólar x Libor (Fluxo de caixa)	256.246	256.246	1.052	4.038
Dólar x pré (Fluxo de caixa)	23.187	23.187	15.574	16.302
Euro (NDF)	2.492.144	2.492.144	42.741	70.977
Franco (NDF)	56.235	56.235	(664)	294
Franco x dólar	208.918	208.918	(56.254)	(50.768)
Iyr x pré	12.618	12.618	278	310
Libor x dólar (Fluxo de caixa)	256.246	256.246	(1.033)	(3.957)
Libra (NDF)	33.285	33.285	(7.464)	(7.274)
Pré x cesta de ações	318.474	318.474	(25.351)	(30.373)
Pré x dólar	355.273	355.273	(97.522)	(103.579)
Pré x dólar (Fluxo de caixa)	167.815	167.815	(24.443)	(17.263)
S&p x pré	4.828	4.828	(50)	(192)
Yen (NDF)	156	156	15	16
Abibb x CDI	19.070	19.070	382	(83)
Bacum x CDI	13.516	13.516	309	88
Cafp x CDI	18.693	18.693	22	-
CDI x Euribor+Euroecb	119.072	119.072	(19.874)	(17.872)
CDI x Ipca	26.600	26.600	(115)	42
CDI x Abibb	19.070	19.070	(383)	113
CDI x Bacum	13.516	13.516	(309)	(118)
CDI x Cafp	18.693	18.693	(22)	-
Cesta de ativos x pré	43.456	43.456	(32)	(1.447)
Dólar x franco	284.047	284.047	(22.077)	(13.534)
Euribor x euroecb	238.736	238.736	(44)	(292)
Euro x pré	22.335	22.335	1.078	1.429
Ipca x cetip	24.200	24.200	81	(125)
Pré x cesta de ativos	43.456	43.456	37	1.447
Pré x dax	32.131	32.131	(838)	(207)
Pré x euro	141.407	141.407	(21.092)	(16.330)
Pré x iyr	12.618	12.618	(278)	(64)
Pré x s&p	53.805	53.805	(2.934)	(1.267)
Total	9.659.659	9.659.659	25.599	98.380

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2016		2015	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
Opções flexíveis				
Compra de opção de compra.....	-	-	6.840	271
Compra de opção de venda.....	-	-	6.840	139
Venda de opção de compra.....	-	-	6.840	(271)
Venda de opção de venda.....	-	-	6.840	(139)
	-	-	27.360	-

	2016		2015	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
Opções listadas				
Posição comprada-Opções de venda.....	184.400	4.995	124.400	702
Posição vendida-Opções de compra.....	-	-	220.000	(131.019)
Posição vendida-Opções de venda.....	-	-	585.000	(219.574)
Total.....	184.400	4.995	929.400	(349.891)

Diferencial e prêmios a receber (pagar) – “Swap”, NDF e Opções

	2016	2015
Curto prazo.....	922.570	286.456
Longo prazo.....	436.283	338.736
Saldo registrado no ativo:.....	1.358.853	625.192
Curto prazo.....	(622.501)	(631.724)
Longo prazo.....	(211.734)	(244.979)
Saldo registrado no passivo:.....	(834.235)	(876.703)
Diferencial líquido a receber/(pagar).....	524.618	(251.511)

e.2) Mercado futuro

	2016		2015	
	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
Mercadoria				
DDI.....	11.224.367	(83.929)	13.141.510	(55.833)
DI.....	5.845.418	1.272	6.889.185	(1.205)
Dólar.....	1.859.046	(6.551)	3.983.144	15.249
Total.....	18.928.831	(89.208)	24.013.839	(41.789)

No Consolidado, os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&FBOVESPA.

A margem dada em garantia das operações negociadas na BM&FBOVESPA com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 42.479 (R\$ 1.622.116 em 2015).

Os contratos de “swap”, NDFs, opções e futuros têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 30 de junho de 2016

	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”.....	1.146.126	2.016.386	1.341.835	29.250	583.328	5.116.925
NDFs.....	5.292.321	3.105.201	233.068	266.788	261.098	9.158.476
Futuros.....	11.510.442	4.679.097	1.825.131	693.479	220.682	18.928.831
Opções.....	124.400	-	60.000	-	-	184.400
Total.....	18.073.289	9.800.684	3.460.034	989.517	1.065.108	33.388.632

Em 30 de junho de 2015

	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”.....	248.292	1.367.545	2.210.991	148.300	55.000	4.030.128
NDFs.....	3.307.356	1.000.331	1.312.381	9.463	-	5.629.531
Futuros.....	14.789.994	6.262.207	2.359.551	313.607	288.480	24.013.839
Opções.....	929.400	27.360	-	-	-	956.760
Total.....	19.275.042	8.657.443	5.882.923	471.370	343.480	34.630.258

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015, os seguintes resultados:

	2016	2015
NDF	134.761	(148.240)
"Swap"	627.053	13.857
Mercado futuro	(2.836.680)	1.032.812
Opções	3.330	112.207
Total	<u>(2.071.536)</u>	<u>1.010.636</u>

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

A estratégia de "hedge accounting" de fluxo de caixa das instituições é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de "hedge", composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de "hedge", conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082.

As estruturas de "hedge" são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado.

A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador são representados como segue:

"Hedge" de fluxo de caixa

	2016		2015	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(420.025)	-	(1.286.043)	-
DDI	416.386	(394.784)	1.282.651	(1.141.001)
DI	-	381.431	-	1.133.083
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		607		10.270
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa (45% em 2016 e 40% em 2015)		(273)		(4.108)

8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

Ativo – Outros créditos

	2016	2015
Operação:		
Outros	4	2
Total	<u>4</u>	<u>2</u>

Passivo - Outras obrigações

	2016	2015
Operação:		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	89.208	41.789
Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio	99	147
Movimentos de caixa a processar	3.618	3.538
Total	<u>92.925</u>	<u>45.474</u>

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	2016	2015
Empréstimos e títulos descontados	148.264	823.231
Financiamentos	368.551	866.220
Total das operações de crédito	<u>516.815</u>	<u>1.689.451</u>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 12)	1.084.863	1.198.942
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 12)	10.656	7.043
Outros créditos – títulos e créditos a receber	9.011	159.108
Total de outros créditos	<u>1.104.530</u>	<u>1.365.093</u>
Total de operações de arrendamento mercantil (nota explicativa nº 10)	<u>931.341</u>	<u>730.238</u>
Total do risco da carteira	<u>2.552.686</u>	<u>3.784.782</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Diversificação por atividade:

	2016	2015
Setor privado:		
Indústria	1.568.929	1.465.419
Comércio	243.140	146.020
Instituições financeiras	40.959	201.022
Pessoas físicas	63.390	1.470.353
Prestação de serviços	24.748	9.933
Outros serviços	454.580	460.533
Setor público:		
Governo federal	156.940	31.502
Total	2.552.686	3.784.782

c) Vencimento

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	30.117	1,18	87.926	2,32%
A vencer até 3 meses	470.891	18,45	617.929	16,33%
A vencer de 3 a 12 meses	1.306.196	51,17	1.850.101	48,88%
A vencer de 1 a 3 anos	595.243	23,32	1.019.079	26,93%
A vencer de 3 a 5 anos	146.160	5,73	188.754	4,99%
A vencer de 5 a 15 anos	4.079	0,16	20.993	0,55%
Total	2.552.686	100,00	3.784.782	100,00

d) Concentração da carteira de crédito:

	2016		2015	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor (*)	404.437	15,84	534.076	14,11
10 seguintes maiores devedores	1.233.359	48,32	1.000.619	26,44
20 seguintes maiores devedores	537.693	21,06	436.759	11,54
50 seguintes maiores devedores	215.082	8,43	223.749	5,91
100 seguintes maiores devedores	80.610	3,16	95.629	2,53
Demais devedores	81.505	3,19	1.493.950	39,47
Total	2.552.686	100,00	3.784.782	100,00

(*) O valor total referente ao principal devedor está mitigado de acordo com as disposições da Resolução 2.921 do BACEN pelo valor de R\$ 404.437 (R\$ 534.076 em 2015), não comprometendo assim o percentual de exposição 25% do PR.

e) Nível de risco:

		2016			2015		
Nível	%	Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	1.427.402	-	1.427.402	1.610.555	17	1.610.572
A	0,50%	896.466	296	896.762	1.476.756	782	1.477.538
B	1,00%	119.479	1.817	121.296	256.973	7.107	264.080
C	3,00%	13.477	3.632	17.109	55.685	8.389	64.074
D	10,00%	1.241	325	1.566	29.222	4.072	33.294
E	30,00%	32.220	1.165	33.385	34.916	11.346	46.262
F	50,00%	1.752	587	2.339	13.427	6.138	19.565
G	70,00%	8.914	3.963	12.877	8.586	5.210	13.796
H	100,00%	20.252	19.698	39.950	209.292	46.309	255.601
		2.521.203	31.483	2.552.686	3.695.412	89.370	3.784.782

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f) Provisão por nível de risco:

Nível	2016		2015	
	Total	Provisão	Total	Provisão
AA.....	1.427.402	-	1.610.572	-
A.....	896.762	4.483	1.477.538	7.388
B.....	121.296	1.212	264.080	2.640
C.....	17.109	513	64.074	1.923
D.....	1.566	157	33.294	3.330
E.....	33.385	10.015	46.262	13.878
F.....	2.339	1.171	19.565	9.782
G.....	12.877	9.014	13.796	9.657
H.....	39.950	39.950	255.601	255.601
Provisão mínima.....	2.552.686	66.515	3.784.782	304.199
Provisão adicional (*)		-		11.166
Total		66.515		315.365

(*) Em 30 de junho de 2015, o Banco Pecúnia S.A. constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa adicional aos limites mínimos estabelecidos pela Resolução CMN 2.682, no montante de R\$11.166 considerando as matrizes de riscos de crédito internas (histórico de perdas e de recuperações). Em 30 de junho de 2016, o valor calculado pelas matrizes de risco é inferior aos limites mínimos estabelecidos pela Resolução CMN 2.682, desta forma o valor de provisão foi constituído conforme os limites mínimos estabelecidos pela referida resolução.

■ 10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de arrendamento mercantil são contratadas, principalmente, de acordo com a taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem.

O valor dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

a) Arrendamento mercantil financeiro (Valor presente)

	2016	2015
Arrendamentos a receber - setor privado.....	860.877	764.897
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(857.997)	(762.158)
Arrendamentos a receber - setor público.....	160.062	31.751
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(160.062)	(31.751)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação.....	850.649	703.858
Superveniência de depreciação	110.933	71.100
Perdas de arrendamento a amortizar líquidas	29.937	19.214
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 13 c).....	(72.868)	(80.143)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	921.531	716.768

b) Arrendamento operacional

	2016	2015
Arrendamentos a receber - setor privado.....	9.810	13.470
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(9.810)	(13.470)
Total	-	-

Bens Arrendados - Arrendamento Financeiro:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2016	2015
Máquinas e equipamentos.....	14,29%	715.309	681.684
Móveis e utensílios.....	14,29%	55	250
Equipamentos de informática.....	28,57%	543.466	264.524
Veículos e afins	28,57%	68.911	82.467
Aeronaves.....	28,57%	87.365	107.024
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 10 a).....		110.933	71.100
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas		29.936	19.214
Depreciação acumulada		(564.457)	(432.091)
Total		991.518	794.172

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Bens Arrendados - Arrendamento Operacional:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2016	2015
Equipamentos de Informática.....	28,57%	20.098	24.863
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas		94	62
Depreciação acumulada		(9.081)	(10.785)
Total		11.111	14.140

Bens Arrendados – Total:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2016	2015
Máquinas e equipamentos	14,29%	715.309	681.684
Móveis e utensílios.....	14,29%	55	250
Equipamentos de informática.....	28,57	563.565	289.387
Veículos e afins	28,57	68.911	82.467
Aeronaves.....	28,57	87.365	107.024
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 10 a).....		110.933	71.100
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas		30.030	19.276
Depreciação acumulada		(573.538)	(442.876)
Total		1.002.630	808.312

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

■ 11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo inicial.....	97.817	165.541
Constituição	12.961	232.033
Baixas	(44.263)	(82.209)
Saldo final.....	66.515	315.365
Curto prazo	62.567	285.687
Longo prazo	3.948	29.678

No Consolidado, durante o semestre findo em 30 de junho de 2016, houve recuperação de créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 11.504 (R\$ 27.850 em 2015). O valor das operações de créditos e outros créditos renegociados durante o semestre findo em 30 de junho de 2016 foi R\$ 2 (R\$ 5.159 em 2015).

■ 12. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2016	2015
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	10.086.087	15.623.420
Direitos sobre venda de câmbio.....	10.360.729	13.678.712
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a).....	10.656	7.043
Total	20.457.472	29.309.175
Curto prazo	18.879.678	26.755.506
Longo prazo	1.577.794	2.553.669
Total	20.457.472	29.309.175
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	10.030.586	15.001.809
Obrigações por compra de câmbio.....	10.668.769	14.751.844
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a).....	(1.084.863)	(1.198.942)
Total	19.614.492	28.554.711
Curto prazo	17.999.924	26.012.682
Longo prazo	1.614.568	2.542.029
Total	19.614.492	28.554.711

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 13. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	2016	2015
Adiantamentos e antecipações salariais.....	1.743	2.015
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	23	42
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 22 b).....	4.807	3.419
Devedores por depósitos em garantia (*)	319.087	254.553
Devedores por compra de valores e bens a prazo	4.256	143
Impostos e contribuições a compensar	67.027	45.468
Títulos e créditos a receber	4.761	4.575
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 23 a)	2	3
Devedores diversos no exterior (**).....	14.039	10.881
Outros	1.007	2.242
Total	416.752	323.341
Curto prazo	83.212	57.161
Longo prazo	333.540	266.180
Total	416.752	323.341

(*) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 51.356 em 30 de junho de 2016 (R\$ 47.204 em 2015), a dedutibilidade do expurgo inflacionário referente a Lei nº 8.200/91 no montante de R\$ 2.758 (R\$ 2.552 em 2015), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 116.546 (R\$ 105.705 em 2015), a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda e contribuição social correspondentes às diferenças de correção monetária relativos aos Planos Verão, Collor I e II, totalizando R\$ 9.315 em 30 de junho de 2016 (R\$ 8.507 em 2015), processos trabalhistas, no montante de R\$ 32.731 (R\$ 18.282 em 2015), e desmutualização da BM&FBOVESPA R\$ 9.815 (R\$ 9.103 em 2015).

(**) Refere-se a empréstimos com Paris R\$ 13.245 em 30 de junho de 2016 (nota explicativa nº 23).

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2016	2015
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros.....	61.567	84.424
Impostos e contribuições a recolher	5.028	8.509
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 22 d).....	119.508	33.094
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15. i)	211.754	241.400
Provisão para imposto diferido s/ajuste MTM (nota explicativa nº 22 d)	443	832
Outros	15	18
Total	398.315	368.277
Curto prazo	126.211	106.227
Longo prazo	272.104	262.050
Total	398.315	368.277

c) Outras obrigações - diversas:

	2016	2015
Cheques administrativos	39	39
Obrigações com cessionários.....	15	41
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15. i).....	114.700	87.767
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15. i).....	15.822	15.922
Provisão com despesas de pessoal.....	12.257	16.037
Provisão para despesas de publicação	105	105
Provisão para pagamentos a efetuar (a).....	59.137	31.426
Provisão para pagamentos a fornecedores	3.771	5.632
Provisão para despesas de advogados	107	371
Provisão para créditos cedidos com coobrigação	-	15
Recebimentos a processar	2.451	6.935
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 10)	72.868	80.143
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 23 a).....	143	9
Credores diversos - exterior	-	35
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 23 a).....	126	789
Provisão para despesas de auditoria	891	335
Provisão para garantias prestadas (*).....	1.734	-
Taxa de administração de fundo.....	15	15
Fundo garantidor de crédito.....	4	56
Provisão para perdas (b)	-	56.987
Outras	325	486
Total	284.510	303.145
Curto prazo	79.427	99.588
Longo prazo	205.083	203.557
Total	284.510	303.145

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando R\$ 578.933 em 30 de junho de 2016 (R\$ 558.912 em 2015).

(a) Refere-se, principalmente, ao pagamento a fornecedores de bens objeto de arrendamento mercantil, no montante de R\$ 43.619 (R\$ 19.442 em 2015), provisão para fundo de reserva de financiamento, no montante de R\$ 9.882 (R\$ 6.997 em 2015), pagamento de despesas de pessoal, no montante de R\$ 2.801 (R\$ 2.098 em 2015), e outros pagamentos, no montante de R\$ 2.792 (R\$ 2.871 em 2015).

(b) Refere-se à provisão complementar na coligada Banco Pecúnia S.A., para cobrir eventuais perdas na venda de ativos decorrentes de ofertas recebidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 14. DESPESAS ANTECIPADAS

	2016	2015
Fianças.....	46	47
Vale transporte	14	31
Assistência médica e odontológica	107	147
Despesas com encargos contratuais	1	96
Comissões (*)	412	27.894
Empréstimos no País	47	175
Empréstimos no exterior	179	306
Arrendamento mercantil	1.478	931
Total	2.284	29.627
Curto prazo	1.180	21.729
Longo prazo	1.104	7.898
Total	2.284	29.627

(*) Referem-se, principalmente, a serviços pagos antecipadamente contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo dos contratos em carteira.

■ 15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

As instituições Banco Société Générale Brasil S/A e Société Générale S/A – C.C.T.V.M provisionam integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável, enquanto as instituições Banco Cacique S/A e Banco Pecúnia S/A provisionam suas ações de acordo com a média histórica dos pagamentos efetuados para os processos de naturezas trabalhistas e cíveis.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	2016	2015
Riscos fiscais (nota explicativa n�� 13 b)	211.754	241.400
Riscos trabalhistas (nota explicativa n�� 13 c)	114.700	87.767
Riscos cíveis (nota explicativa n�� 13 c)	15.822	15.922
Total	342.276	345.089

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 30 de junho de 2016

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial.....	202.621	101.882	19.301	323.804
Constituição (*)	10.566	10.446	274	21.286
Baixas	1	-	-	1
Reversão	(5.899)	(1.494)	(3.753)	(11.146)
Atualização (*).....	4.465	3.866	-	8.331
Saldo final.....	211.754	114.700	15.822	342.276
Devedores por depósitos em garantia	276.838	32.731	9.518	319.087

Em 30 de junho de 2015

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial.....	235.893	68.855	14.694	319.442
Constituição (*)	2.219	18.747	2.471	23.437
Baixas	220	(1)	(221)	(2)
Reversão	(809)	(119)	(1.023)	(1.951)
Atualização (*).....	3.877	285	1	4.163
Saldo final.....	241.400	87.767	15.922	345.089
Devedores por depósitos em garantia	225.889	18.282	9.572	253.743

(*) Nota explicativa n   26. Para riscos trabalhistas, houve constituição de provisão de R\$ 5.559 (R\$ 18.585 em 2015 no Banco Cacique S.A e de R\$ 4.887 constituída pelo Banco Pecúnia S.A. Em riscos fiscais, na controlada Société Générale S/A - C.C.T.V.M houve constituição de provisão em R\$ 8.003, em virtude a decisão desfavorável em 2   instância do processo que discute a cobrança de IRPJ e CSLL sobre operações Day-trade do ano calendário de 1993.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 30 de junho de 2016

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a).....	210.656	210.656	114.700	114.700	14.331	14.331
Perdas possíveis (b)	160.294	1.098	573.400	-	63.554	1.491
Perdas remotas	128.260	-	-	-	17.276	-
Total	499.210	211.754	688.100	114.700	95.161	15.822

Em 30 de junho de 2015

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a).....	241.400	241.400	87.767	87.767	15.922	15.922
Perdas possíveis (b)	152.199	-	364.381	-	52.423	-
Perdas remotas	217.188	-	-	-	17.056	-
Total	610.787	241.400	452.148	87.767	85.401	15.922

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Cobrança administrativa de PIS em razão do não-reconhecimento pelo FISCO do pagamento por meio de compensação com créditos de PIS/ FINSOCIAL e do não-recolhimento de PIS-REPIQUE – em 30 de junho de 2016 totalizou R\$ 6.994 (R\$ 6.577 em 2015) no Consolidado;
- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente ao período de abril de 1991 a março de 1992 – em 30 de junho de 2016 totalizou R\$ 3.915 (R\$ 3.781 em 2015) no Consolidado;
- Alargamento da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS pela Lei 9.718/98 – em 30 de junho de 2016 totalizou R\$ 95.749 (R\$ 88.930 em 2015) no Consolidado;
- Plano Verão - Ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço de 1990 – em 30 de junho de 2016 totalizou R\$ 9.315 (R\$ 47.872 em 2015) no Consolidado. O Valor provisionado para o Banco Cacique S.A foi integralmente revertido, em face de decisão definitiva favorável aos contribuintes pelo STF em sede de repercussão geral;
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 30 de junho de 2016, totalizou R\$ 40.703 (R\$ 39.291 em 2015) no Banco.
- IRPJ e CSLL – R\$ 19.152 no Consolidado. Refere-se a questionamento sobre recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, na instituição Banco Pecúnia S/A, referente ao fato gerador ocorrido no ano-calendário de 1999.
- IRPJ e CSLL 1990 – R\$ 7.012 no Consolidado. Visa à declaração da inexistência de recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1990 uma vez que com a correção monetária do balanço não terá lucro tributável. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 30 de junho de 2016 totalizou R\$ 31.025 (R\$ 33.048 em 2015) no Banco e Consolidado;
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a controlada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 30 de junho de 2016 totalizou R\$ 44.624 (R\$ 49.241 em 2015) no Consolidado;
- Provisão de IRPJ e CSLL sobre operações day-trade e sobre processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 30 de junho de 2016 totalizou no Consolidado R\$ 34.364 (R\$ 32.166 em 2015);

Trabalhistas:

Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

Para a instituição Banco Societé Générale Brasil S/A as ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Já para as instituições Banco Cacique S/A e Banco Pecúnia S/A., essas ações são provisionadas com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

16. INVESTIMENTOS EM COLIGADA E CONTROLADAS

	Cacique Promotora de Vendas Ltda.		Cobracred Cobrança Especializada Ltda.		Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.		Sgam Soc Asset Management Brasil Ltda.		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Informações das controladas:										
Capital social.....	96.046	96.046	12.100	12.100	34.133	27.133	-	231		
Quantidade de cotas.....	22.815	22.815	1.000	1.000	9.752.286	7.752.286	-	300		
Cotas.....	-	-	-	-	-	-	-	300		
Participações - %	99,9992%	99,9991%	0,100%	0,100%	100,00%	100,00%	-	0,100%		
Patrimônio líquido.....	44.792	65.268	9.693	11.698	7.937	17.537	-	650		
Lucro (prejuízo) do semestre.....	(5.276)	(24.316)	(749)	(3.923)	(5.129)	(6.407)	-	1		
Movimentação dos investimentos:										
Saldos em 31 de dezembro de 2015.....	50.068	11.584	10	3	6.146	3.944	-	6	56.224	15.537
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	-	(80)	-	-	-	(80)	-
Resultado de equivalência patrimonial.....	(5.276)	(24.316)	-	(4)	(5.129)	(6.407)	-	-	(10.405)	(30.727)
Aumento de capital.....	-	78.000	-	12	7.000	20.000	-	-	7.000	98.012
Saldos em 30 de junho de 2016.....	44.792	65.268	10	11	7.937	17.537	-	6	52.739	82.822

17. INTANGÍVEL

	2016	2015
Outros ativos intangíveis	509	434
Amortização acumulada	(293)	(227)
Total	216	207

18. DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Sem vencimento	2.159	2.678	-	-	-	-	2.159	2.678
Até 3 meses.....	-	-	681	352.934	-	-	681	352.934
De 3 meses a 1 ano	-	-	42.099	140.317	-	38.340	42.099	178.657
De 1 a 3 anos	-	-	170.309	64.709	-	-	170.309	64.709
De 3 a 5 anos	-	-	32	-	-	-	-	-
Total	2.159	2.678	213.121	557.960	-	38.340	215.248	598.978

19. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2016		2015	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Empréstimos:				
Obrigações por empréstimos no País	3.304	(1.908)	12.229	(1.177)
Obrigações em moeda estrangeiras - exportação e importação (a).....	922.854	309.848	1.351.646	(182.159)
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b).....	5.556.050	1.264.046	3.088.953	(827.725)
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	921.669	219.377	1.615.358	(232.303)
Subtotal.....	7.403.877	1.791.363	6.068.186	(1.243.364)
Repasse do País				
Finame.....	14.478	(175)	18.374	(174)
Repasse do exterior				
Obrigações por repasses no exterior (d)	4.331	777	10.069	(689)
Total	7.422.686	1.791.965	6.096.629	(1.244.227)
Curto prazo	6.955.100	-	5.495.007	-
Longo prazo	467.586	-	601.622	-
Total	7.422.686	-	6.096.629	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-NY com vencimentos até 2016 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 2,52% ao ano em 2016 (1% ao ano em 2015).

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, vencíveis em 2016, sujeitos à variação cambial e juros de até 0,50% ao ano.

(c) Referem-se a empréstimos, centralizados com a matriz do Banco, no exterior, com vencimentos até 2021, sujeitos à variação cambial e a juros de até 3,93% ao ano em 2016 (4,41% ao ano em 2015).

(d) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, com vencimento até 2019, sujeitos à variação cambial e juros de até 3,5% ao ano.

Para os empréstimos que foram feitos "hedges" de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de "DDI" e "DI", houve marcação a mercado no Banco com ajuste favorável de R\$ 2.471 (em 2015 desfavorável em R\$ 2.560).

20. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	2016	2015
Comissão de empréstimos (*)	553	14.130
Descontos obtidos a diferir (**)	20.917	12.836
Comissão de operação em moeda estrangeira	61	51
Total	21.531	27.017

(*) Refere-se a rendas oriundas de equalização de taxas de financiamento a lojistas, as quais são apropriadas pelo prazo contratual, bem como as comissões de abertura de crédito financiadas, que também seguem a mesma forma de apropriação.

(**) Refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de operações de arrendamento mercantil.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2016, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929 (R\$ 2.641.926 em 2015) estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

	2016	2015
Ações ordinárias	508.474	454.306
Ações preferenciais	508.474	454.306
Total	1.016.948	908.612

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto das instituições, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do semestre. O Conselho de Administração, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

c) Reserva de capital

Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 29.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do semestre, não excedendo a 20% do capital social, conforme previsto no § 4º do art. 193 da Lei 6.404/76.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias.....	7.124	(114.705)	7.124	(114.705)
Alíquota vigente	25%	25%	20%(*)	15%
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente ..	(1.781)	28.676	(1.425)	17.206
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Resultado de participações em coligadas e controladas	(2.601)	(7.682)	(2.081)	(4.609)
-Despesas com fraudes	-	(8)	-	(5)
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(2.912)	(4.909)	(2.329)	(2.945)
-Incentivo fiscal	-	(132)	-	(79)
-Descontos concedidos	(280)	(1.514)	(224)	(908)
-Outras despesas não dedutíveis	(529)	(256)	(533)	(216)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(4.619)	(6.406)	(3.695)	(3.844)
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	(1.688)	(2.927)	(1.351)	(1.757)
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	70	(32)	56	(20)
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	10.438	(35.295)	8.351	(21.177)
-Provisão para publicação de balanço	24	15	20	9
-Amortização de ágio	7.643	7.643	6.114	4.586
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR	1.681	1.520	1.345	911
-Honorários advocatícios	43	(14)	34	(8)
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	2.828	-	2.262	-
-Outras diferenças temporárias	29	(7.267)	6	(4.157)
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas exercícios anteriores	2.028	1.340	-	-
prejuízo fiscal e base negativa apurados no período	(24.154)	(5.678)	(19.325)	(3.449)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no período	(13.780)	(32.925)	(12.775)	(20.462)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(3.828)	759	(2.457)	243
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios	(7.661)	313	(4.402)	862
Total de imposto de renda e contribuição social	(25.269)	(31.853)	(19.634)	(19.357)

a) O Grupo possui prejuízos fiscais em 30 de junho de 2016 de R\$ 933.394 (R\$ 751.093 em 2015) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 910.317 (R\$ 907.722 em 2015), sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (20% em 2016 e 15% em 2015) diferidos no montante de R\$ 815.104 (R\$ 653.952 em 2015) e, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda

	2016	2015
Prejuízo fiscal e base negativa	46	-
Diferenças temporárias:	10.636	8.548
Provisão para riscos	9.437	1.301
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	761	7.207
Ajuste a valor de Mercado-“hedge-cash flow hedge”	377	-
Outras	61	40
Total	10.682	8.548
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário constituído	2.670	2.137
Ativo - Contribuição social (Alíquota de 20% e 15%)		
Prejuízo fiscal e base negativa	46	-
Diferenças temporárias:	10.636	8.548
Provisão para riscos	9.437	1.301
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	761	7.207
Ajuste a valor de Mercado-“hedge-cash flow hedge”	377	-
Outras	61	40
Total	10.682	8.548
Alíquota de contribuição social	20%	15%
Crédito tributário constituído	2.137	1.282
Total crédito tributário constituído (nota explicativa nº 13 a)	4.807	3.419

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	2016	2015
Saldo inicial.....	6.094	3.179
Adições.....	3.662	426
Baixas	(4.973)	(246)
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda.....	24	60
Saldo final.....	<u>4.807</u>	<u>3.419</u>

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	2016	2015
Saldo inicial	110.942	34.072
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda.....	4.101	(635)
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	(832)	849
Receitas com atualização de depósitos judiciais	5.090	-
Reserva de reavaliação	(107)	(6)
Realização de superveniência de depreciação	757	(354)
Saldo final (*).....	<u>119.951</u>	<u>33.926</u>

(*) Nota explicativa nº 13 b

e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir:

	Valor contábil	
	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	
Ano	2016	2015
2015.....	-	60
2016.....	24	2.839
2017.....	536	-
2018.....	4.247	520
Total	<u>4.807</u>	<u>3.419</u>

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 3.623 em 30 de junho de 2016 (R\$ 2.350 em 2015).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2016	2015	2016	2015
SGAM Soc Asset Management Brasil Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas.....	-	1	-	10
Depósitos à vista.....	-	(23)	-	-
Depósitos a prazo.....	-	(475)	-	(27)
Cacique Promotora de Vendas Ltda.				
Depósitos à vista.....	(884)	-	-	-
Depósitos a prazo.....	(39.726)	-	(3.180)	-
Cobracred Cobranças Especializadas Ltda.				
Depósitos à vista.....	(171)	-	-	-
Depósitos a prazo.....	(10.006)	-	(723)	-
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	(126)	(770)	(1.387)	(5.304)
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.				
Depósitos à vista.....	(31)	-	-	-
Depósitos a prazo.....	(17.362)	-	(951)	-
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	-	(19)	-	(2.794)
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	-	997	-	-
Aplicações em moeda estrangeira.....	-	93.058	-	7.796
Obrigações em moeda estrangeira.....	(922.854)	(1.351.646)	(309.848)	(182.159)
Obrigações por empréstimos do exterior.....	(114.404)	-	2.810	-
Société Générale - Paris:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	-	193	-	317
Devedores diversos no exterior (*).....	13.245	10.881	(4.885)	9.565
Credores diversos no exterior (**).....	(143)	(9)	-	(4)
Obrigações em moeda estrangeira.....	(5.556.050)	(3.088.953)	(1.264.026)	(827.199)
Obrigações por empréstimos do exterior.....	(757.778)	(1.535.619)	(67.564)	(136.234)
Obrigações por repasses do exterior.....	(4.331)	(10.069)	(777)	31
Outras obrigações - diversas.....	-	-	-	8.520
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas.....	2	2	10	10
Depósitos à vista.....	(10)	(11)	-	-
Depósitos a prazo.....	(2.345)	(2.170)	(150)	(122)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista.....	(27)	-	-	-
Depósitos a prazo.....	(11.214)	(41.655)	(996)	(1.987)
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar).....	19.946	(120.842)	210.956	(74.656)
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	-	1.190	-	317
Aplicações em moeda estrangeira.....	-	93.058	-	7.796
Depósitos à vista.....	(1.123)	(34)	-	-
Depósitos a prazo.....	(80.653)	(44.300)	(6.000)	(2.136)
Devedores diversos no exterior (*).....	13.245	10.881	(4.885)	9.565
Valores a receber de sociedades ligadas.....	2	3	10	20
Obrigações em moeda estrangeira.....	(6.478.904)	(4.440.599)	(1.573.874)	(1.009.358)
Credores diversos no exterior (**).....	(143)	(9)	-	(4)
Obrigações por empréstimos do exterior.....	(872.182)	(1.535.619)	(64.754)	(136.234)
Obrigações por repasses do exterior.....	(4.331)	(10.069)	(777)	31
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar).....	19.946	(120.842)	210.956	(74.656)
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	(126)	(789)	(1.387)	(8.098)
Outras obrigações - diversas.....	-	-	-	8.520
	(7.404.269)	(6.047.129)	(1.440.711)	(1.204.237)

(*) Nota explicativa nº 13 a

(**) Nota explicativa nº 13 c

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2016	2015
Proventos.....	5.097	4.838
Contribuição ao INSS	1.360	1.330
Total	6.457	6.168

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, as instituições não concedem empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	2016			2015		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Société Générale-Paris.....	508.474	508.474	1.016.948	454.306	454.306	908.612
Total de ações	508.474	508.474	1.016.948	454.306	454.306	908.612

■ 24. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Despesas de água, energia e gás.....	261	255
Despesas de material	125	208
Despesas de serviços técnicos especializados.....	5.991	6.814
Despesas de processamento de dados.....	10.525	16.769
Despesas de serviços do sistema financeiro	7.618	10.508
Despesas de aluguéis	2.664	3.027
Despesas de serviços de terceiros	6.504	3.039
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.197	615
Despesas de comunicações	1.254	2.721
Despesas de contribuições filantrópicas.....	358	561
Despesas de serviços de vigilância e segurança.....	62	59
Despesas com informações cadastrais - PF e PJ.....	161	915
Despesas de arrendamento	76	185
Despesas de seguros	368	326
Despesas com entidades de classe.....	25	25
Despesas de propaganda e publicidade.....	136	1.827
Despesas de publicações	121	131
Despesas de transportes.....	371	1.043
Despesas de promoções e relações públicas	204	283
Despesas de viagem.....	959	1.373
Despesas de depreciação e amortização.....	2.713	3.391
Despesas com serviços de consultoria e assessoria.....	1.664	26.986
Despesas com auditoria	655	585
Despesas com prestação de serviços corporativos - exterior	750	18
Despesas de serviços de promoção de vendas	310	2.780
Despesas de serviços de cobrança	5.825	12.158
Despesas de serviços administrativos prestados	213	203
Despesas de serviços de assessoria jurídica	3.032	4.270
Outras	3.278	6.400
Total	57.420	107.475

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	579	2.597
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	5.899	809
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	1.494	119
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	3.753	1.023
Atualização de créditos tributários	170	501
Atualização de depósitos judiciais	11.138	7.389
Atualização de depósitos trabalhistas	174	44
Juros e multas	172	17
Reversão de provisão para despesa com pessoal	505	396
Reversão de provisões com créditos cedidos com coobrigação	-	52
Receitas com encargos de cancelamento de contratos	-	1
Receitas com encargos contratuais – inadimplência	250	255
Reversão de provisão de aluguel e prestação de serviços no País	-	25
Descontos obtidos	5	27
Variação monetária	82.614	16.623
Reversão de provisão de despesas de advogados	89	-
Rendas de comissão sobre vendas de seguros	259	2.885
Outras receitas operacionais	4.210	12.309
Total	111.311	45.072

■ 26. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Prestação de serviços no exterior	-	4
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	10.566	2.219
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	4.465	3.877
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	10.446	18.747
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	3.866	285
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	274	2.471
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	-	1
Provisão para despesas com publicação	-	199
Despesas com fraudes	71	350
Despesas com prêmios de campanha em bens	-	10
Despesas com indenizações cíveis	1.503	1.651
Descontos concedidos	1.119	6.055
CPMF e IOC bancado sobre operações	1	1
Variação monetária	177	37
Provisão para despesas com auditoria	24	-
Despesa com provisão para perdas	1.526	31.230
Outras	2.133	2.521
Total	36.171	69.658

■ 27. LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basileia

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de Outubro de 2013; entre eles constam:

- Resolução nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.195/13- definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE);
- Circular nº 3.634/13 a nº 3.641/13, e nº 3.644/13 e nº 3.645/13 - define a Parcela de RWA;
- Circulares nº 3.634/13 a nº 3.647/13 - definem a exposição às parcelas de Juros (RWAjur-1 a RWAjur-4), Ações (RWAacs), “Commodities” (RWacom) e Câmbio (RWacam);
- Resolução nº 4.193/13 - define a Parcela de Risco Operacional (RWAopad).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Apuração dos limites de Basileia – Consolidado:

	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2016	2015
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.333.573	1.110.803
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	551.653	740.068
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	17.676	18.506
Valor da margem		764.244	352.229

• Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2016			2015		
	Totais	% de consumo	do PR	Totais	% de consumo	do PR
RWACPAD	390.361		29%	550.984		50%
RWACAM	3.568		0%	4.052		0%
RWAJUR1	9.221		1%	45.888		4%
RWAJUR2	125.586		9%	121.203		11%
RWAJUR3	1		0%	3		0%
PACS	3.804		0%	2.189		0%
RWAOPAD	19.112		1%	15.748		1%

• Extrapolação

	2016	2015
Índice alcançado	23,87%	16,51%

■ 28. PARCELAMENTO DE DÉBITOS FEDERAIS

Em 27 de maio de 2009, foi publicada a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, que, entre outras questões, instituiu um novo programa de parcelamento de débitos federais.

Com base nessa Lei, em 26 de fevereiro de 2010, a Administração do Banco decidiu pela adesão ao programa de parcelamento de determinados débitos federais, conforme demonstrado a seguir, e aguarda que a Receita Federal do Brasil inicie o processo de consolidação.

Em fevereiro de 2015 o Banco aderiu ao programa de anistia fiscal, instituído pela Lei 13.043/2014, para os débitos de IR e CS oriundos de suposta diferença entre preço de venda das ações da BOVESPA e o preço arbitrado pela Receita Federal, conforme art. 42 da Lei supracitada, no montante de R\$ 62.539. A adesão ao programa de parcelamento resultou na alteração de prognóstico do caso de possível para remoto.

Processo	Valor contábil da provisão	
	2016	2015
Desmutualização BOVESPA	-	62.539
IRRF sobre cota de fundo ao portador	499	489
CSLL(*)	-	1.065
Total	499	1.554

(*) Em agosto de 2015, o depósito judicial correspondente ao processo que discutia antecipações de CSLL ano base 1990 foi levantado a favor do Banco, resultando no encerramento definitivo do litígio.

No momento da consolidação do débito, o Banco irá registrar o ganho gerado a título de desconto nos juros e nas multas, após homologação da Secretaria da Receita Federal.

■ 29. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Societé Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Societé Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em ações.

Apresentamos a seguir os planos de pagamentos baseados que estavam vigentes em 30 de junho de 2016 e outorgados a partir de 1º de janeiro de 2010. Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas foram liquidados com entrega de ações do Societé Générale (França).

I - Plano de ações diferidas

Em reunião realizada em 09 de março de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Societé Générale designou os beneficiários do Plano de Ações Diferidas dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Banco.

A outorga das ações está condicionada ao cumprimento de permanência no grupo e, adicionalmente, sujeitos às condições de performance. Sendo que 50% das ações serão 31 outorgadas caso o beneficiário esteja no grupo em 31 de dezembro de 2015. A posse dos outros 50% dependerão do nível de performance do grupo, baseando-se em dois critérios, sendo: (i) caso o retorno sobre o capital (ROE - Return on Equity) do Grupo Societé Générale seja igual ou maior que 15%, 100% das ações sujeitas a condição de performance serão empossadas; Caso o ROE seja entre 10% e 15%, as ações serão empossadas de acordo com a seguinte fórmula $10 \times (\text{ROE}\% - 5\%)$, por exemplo se o ROE for de 10%, apenas 50% das ações serão empossadas. (ii) o segundo critério se aplicará caso o ROE seja inferior a 10%, possibilitando a outorga de no máximo 50% das ações e será mensurado pelo "Total de retorno de Acionista" (TSR) o qual será comparado a uma amostra de 11 empresas similares, representados por: Barclays, BBVA; BNPP, CASA, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, Intesa, Santander, Standard Chartered e UCI. se o SG ficar entre a 4ª e 6ª. serão outorgadas 25% das ações e caso fique após a sexta posição nenhuma ação será empossada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

II - Plano de ações livres

Visando o sucesso do programa "Ambition SG 2015", em reunião realizada em 02 de novembro de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de Ações livres dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Grupo Société Générale e empresas afiliadas.

O plano está dividido em dois grupos sendo o primeiro representado por 40% das ações condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo em 31 de março de 2015 com a condição de desempenho na qual o Grupo Société Générale atinja um lucro líquido positivo no ano de 2012, condição esta atingida. O segundo grupo, 60% das ações remanescentes, está condicionado à permanência no grupo em 31 de março de 2016 com a condição de que a satisfação dos clientes aumente entre 2010 e 2013 nas três linhas de negócios (operações França, Banco de varejo e Corporate Banking).

III - Fidelity Bonus Scheme

O Fidelity Bonus Scheme enquadra-se na política de remuneração variável do Banco, sendo aplicada em particular para aqueles diretores que possuem atividades com possível impacto significativo no perfil de risco das instituições do conglomerado.

O plano foi outorgado em março de 2013 e será liquidado em caixa em outubro de cada ano, sendo a primeira liquidação em 2013 e a última em 2016, condicionadas ao cumprimento de permanência. O plano não requer condições de desempenho para o seu exercício.

A remuneração variável diferida no tempo é apurada em unidades de referência, denominadas UNIR, e utiliza como base a diferença entre o preço das ações do Société Générale (França) na data da outorga e a média do preço de fechamento dos últimos 20 pregões precedentes a 14 de março de 2013. Qualquer dividendo pago no período de carência aumentará o valor final a ser pago aos funcionários.

A seguir, demonstramos os valores reconhecidos nos resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	2016	2015
Plano de ações livres (*)	1.235	1.049
Plano de ações diferidas (*)	714	698
Fidelity Bonus Scheme (**)	-	134
Total	1.949	1.881
Saldo no início do exercício	2.286	4.227
Constituição	102	566
Canceladas	(158)	(1.791)
Reversão	(150)	-
Exercidas	(131)	(1.121)
Saldo no fim do exercício	1.949	1.881
(*) Reservas de capital		
(**) Outras Obrigações Diversas		

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2016, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 385 (R\$ 345 em 2015) e pelos funcionários R\$ 429 (R\$ 352 em 2015).

b) Medida Provisória nº 627 convertida na Lei

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ e CSLL.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O Banco concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2014, não optando pela antecipação de seus efeitos para o exercício de 2014, conforme manifestado na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês agosto de 2014.

Todavia, com base no texto vigente estimamos que a referida MP 627/13 convertida na Lei nº 12.973 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis do Banco.

c) Majoração da CSLL para Instituições Financeiras

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL do setor financeiro de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015.

O Banco aguardará a conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas à MP podem ser propostas pelo Congresso Nacional.

■ 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Em 01/08/2016 a Administração da controlada Banco Pecunia S.A. aprovou a cisão parcial da companhia, referente a data base de 31/12/2015, com a consequente incorporação de sua parcela cindida pelo Banco Cacique S.A. Como resultado da cisão parcial, o Capital Social será reduzido em R\$ 6.061, passando de R\$ 561.596, para R\$ 555.535, com o cancelamento de 6.638.376 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 01/08/2016 a Administração da controlada Banco Cacique S.A. aprovou a incorporação da parcela cindida do Banco Pecúnia S.A., referente a data base de 31/12/2015. Como resultado da incorporação, o Capital Social será aumentado em R\$ 6.061, passando de R\$ 793.518, para R\$ 799.578, com o emissão de 27.248 novas ações ordinárias, sem valor nominal. O acervo incorporado está representado por:

	Acervo em 31/12/2015
Ativos	6.462
Investimento em controlada (Credial)	6.146
Imóveis de uso	316
Passivos	(6.462)
Capital Social	(6.061)
Reservas de capital e de reavaliação	(401)

O processo de cisão no Banco Pecúnia S.A e de incorporação no Banco Cacique S.A aguardam aprovação do Banco Central do Brasil.

b) Como parte da estratégia do Banco, o SG SD Fundo de Investimento Multimercado-IE foi totalmente resgatado em 08 de agosto de 2016 pelo valor R\$ 23.255.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos
Administradores e Acionistas do

Banco Société Générale Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Société Générale Brasil S.A. (o “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa 2.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, tomadas

em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Société Générale Brasil S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Suspensão da realização de novas operações de crédito de controladas

Conforme mencionado na nota explicativa 1, as controladas Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A., suspenderam a realização de novas operações de crédito em função da decisão anunciada pelo controlador de encerrar as operações daquelas Instituições, a partir de 3 de fevereiro de 2015. Também conforme nota explicativa 1, em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras das Instituições, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco Société Générale Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 16 de agosto de 2016.

São Paulo, 25 de agosto de 2016.



ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Flávio Serpejante Peppe

Contador CRC- 1SP172167/O-6